

## 8º CONGRESSO DO SINTRAJUD – RELATÓRIO DE PROPOSTAS APROVADAS

- Greve Geral - Que o Sintrajud tenha como tarefa prioritária no próximo período a construção da greve geral

- Construir a Greve Geral.

- Construir a Greve Geral, priorizando sua construção sem negligenciar as demais demandas da categoria, fomentar a liberação de diretores para trabalho de base. Colocar toda a estrutura do sindicato no auxílio aos diretores de base. Materiais de divulgação da Greve Geral. Colocação dos banners “Construindo a Greve Geral”, “Greve Geral dia..”. Estes banners serão colocados e retirados todos os dias, se necessário, nas frentes dos fóruns pelos diretores executivos e de base e por servidores que queiram construir a Greve Geral.

- Crise internacional que se alastra desde 2008, afetou vários países da Europa, EUA, América Latina (recolonização) e no Brasil com a marolinha de Lula, que fez concessões, conseguiu eleger Dilma e através de um estelionato eleitoral que culminou com sua saída por incapacidade de aplicar políticas de retirada de direitos. Trabalhadores não confiam mais nesse governo. A Greve Geral é possível. Tarefa chamar servidores a se juntarem a outros trabalhadores, fóruns, cidades, capitais numa Greve Geral.

- **Greve Geral Já!** - As grandes manifestações e paralisações ocorridas nos dias 08 e 15 de março demonstraram que a classe trabalhadora tem uma grande disposição de luta e fizeram do dia 15 o maior Dia Nacional de Paralisação dos últimos anos. Foram milhões nas ruas contra as Reformas da Previdência e Trabalhista e expressaram também uma enorme indignação com o Governo Temer e a corrupção generalizada dos últimos governos.

Enquanto isso, vimos algumas direções das centrais sindicais buscando fechar acordo sem relação às reformas que, na prática, buscam, cada uma por seu interesse, impedir a convocação da Greve Geral. Mas, na base destas centrais, tem ocorrido crise nas organizações, o que fizeram uma boa parte delas terem construído de participado no dia 15, inclusive denunciando suas direções.

Uma grande parte da classe operária e trabalhadora foram às ruas demonstrando que a **Greve Geral** é necessária e, cada vez mais, possível. Diante disso, precisamos reforçar, como tem feito a CSP CONLUTAS no último período, a exigência para que as centrais, urgentemente, definam, em abril, a data da **Greve Geral** contra as Reformas da Previdência e Trabalhista e a Terceirização, bem como pela defesa do emprego e dos direitos.

Nesse processo também devemos denunciar as entidades que se negarem a convocá-la e denunciar a traição dos dirigentes que estão "negociando" as Reformas da Previdência e Trabalhista.

**GREVE GERAL JÁ PARA BARRAR AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA! NENHUM DIREITO A MENOS!**

- **CONTINUAR ATUANDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GREVE GERAL CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS** da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Fórum Nacional dos Servidores Federais (FONASEFE), Fenajufe e Fóruns Unificados em defesa dos Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares;

Indicar o dia da votação do relatório da Reforma Previdenciária como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspectiva da construção da greve geral;

- Participar do ato do dia 31 de março.

- O Sintrajud deverá participar do ato “Dia de Mobilização Contra a Reforma da Previdência em Defesa dos Direitos”, como de todas as manifestações contra as reformas, reivindicando que tenha um caráter democrático na organização e falas.

- Criar propostas alternativas que aglutinem a sociedade civil (imposto sobre fortunas, imposto sobre dividendos), acabar com desonerações, cobrar a dívida dos devedores da Previdência.

- **INTENSIFICAR A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UM AMPLO POLO CLASSISTA E DE RESISTÊNCIA**, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta;

- **SINTRAJUD DEVE ORGANIZAR, PARTICIPAR E INCENTIVAR A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE FÓRUNS/COMITES UNIFICADOS** no estado, macrorregiões (Baixada, ABC, etc.) e cidades, com as demais categorias de servidores(federais, estaduais, municipais), trabalhadores da iniciativa privada, movimentos sociais, estudantes e lutadores sociais, para tocar as tarefas em defesa da Previdência Pública e universal, orientando aos membros da diretoria Executiva, De Base e ativistas a participar e impulsionar seu funcionamento, dando ampla repercussão para toda a categoria de sua agenda de atividades e lutas;

- O 15 de março sacudiu o país. Em várias cidades do Brasil, centenas de milhares de trabalhadores foram às ruas para dizer NÃO à reforma da Previdência de Temer, proposta que, se aprovada, vai inviabilizar a aposentadoria para a maioria da população, condenada a trabalhar até morrer. A forte adesão às paralisações em muitos setores e as dimensões dos protestos elevam de patamar a luta unificada para barrar a reforma da Previdência. Foi, sem dúvida, a maior mobilização de massas em defesa de direitos desde as Jornadas de Junho em 2013. Merecem destaque as manifestações ocorridas em São Paulo, centro econômico do país, onde tivemos o transporte público completamente paralisado e mais de 250 mil pessoas ocupando a avenida Paulista, além de boa participação na base da categoria. Mobilizações intensas ocorreram em várias outras capitais e regiões do país.

Naqueles dias, também constituíram fatos políticos importantes as decisões judiciais, em ações patrocinadas inclusive por entidades sindicais da categoria, suspendendo a campanha publicitária mentirosa do governo em defesa da reforma da Previdência, paga com dinheiro público, e determinando que seja comprovada a veracidade da afirmação de que o sistema previdenciário é deficitário – estudos comprovam e especialistas afirmam que, mesmo em contexto de crise, a Previdência ainda é superavitária.

Acuado pela forte pressão popular e envolvido em uma profunda crise política, o governo recuou. Na tentativa de dividir os trabalhadores mobilizados e reduzir a resistência da base aliada em aprovar a reforma, anunciou a retirada dos servidores estaduais do projeto enviado ao Congresso. Todos sabemos, contudo, que esse recuo é meramente tático: a intenção é, logo após a eventual aprovação do texto, trabalhar para que os governadores sejam obrigados a seguir as mesmas regras nos estados. Na prática, todos os trabalhadores acabarão sendo atingidos e perderão direitos caso a PEC 287/16 passe no Congresso Nacional.

Temer tentou ainda reagir ao encaminhar a aprovação da liberação geral da terceirização, por meio de projeto que estava engavetado na Câmara dos Deputados há muitos anos. Mais um duríssimo ataque integrante do pacote da reforma trabalhista e do projeto de desmonte da legislação de proteção social. Todavia, esse movimento de reação pode aumentar a revolta e a disposição de mobilização da classe trabalhadora e das organizações sindicais contra o governo.

Se, por um lado, a tentativa de Temer de fragmentar nossa mobilização não logrou êxito, por outro lado, já começa a aumentar a divisão na base de apoio do governo. A ausência de acordo em torno de uma proposta de reforma da Previdência soma-se à turbulência já existente no Congresso Nacional, com diversos parlamentares presentes na "lista Janot" e/ou mencionados em delações da Operação Lava-Jato. Os principais articuladores de Temer no Parlamento estão envolvidos em graves denúncias de corrupção, aprofundando a instabilidade política de um governo cada dia mais impopular e criando dificuldades no Congresso para levar à frente a proposta de reforma previdenciária. O calendário inicialmente proposto para votação do projeto, inclusive, teve de ser adiado. Essas circunstâncias, aliadas ao crescimento da resistência mostram que, até o momento, nada está decidido e que o jogo ainda está sendo jogado.

Nesse contexto, é tarefa do movimento sindical responder à tentativa de fragmentação de Temer, bem como da aceleração dos ataques aos direitos trabalhistas, com o fortalecimento da unidade e da mobilização. A forte participação da classe trabalhadora no dia 15 de março mostrou que a greve geral é possível. Mais do que isso, é algo fundamental para derrotarmos a reforma da Previdência e os demais ataques a direitos, como a reforma trabalhista e a fragilização e extinção da Justiça do Trabalho, todas parte do "projeto Temer" de desmonte do Estado e garantia de maximização dos lucros de banqueiros e empresários. A ausência, até o momento, de um novo calendário de mobilização que dê continuidade ao 15M é algo a ser urgentemente superado.

Assim, fazemos um apelo às centrais sindicais para a convocação, o mais breve possível, de um novo calendário de luta e combate às reformas, apontando, desde já, para a necessária greve geral que pare a produção do país e possa barrar a retirada de direitos. Convocamos, ainda, todas as entidades, movimentos sociais e ativistas a manterem-se mobilizados e somarem esforços nessa luta para derrotar as reformas e expulsar, do Palácio do Planalto, o governo corrupto que segue a nos atacar. Sem qualquer legitimidade ou popularidade, o governo Temer sustenta-se tão somente pelo acordo com o grande empresariado e bancos pela implementação do projeto de ajuste fiscal e retirada de direitos da classe trabalhadora, e a sua estabilidade e continuidade apenas a esses interesses atende. Podemos vencer! FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS!

## ELEIÇÕES GERAIS JÁ!

- Este ano comemoramos 100 anos da Revolução Russa, 100 anos da primeira greve geral do Brasil e lembramos os 50 anos do assassinato de Che Guevara, vivemos também o agravamento da crise estrutural do capitalismo. Crise que se expressa nas elevadas taxas de desemprego e precarização da vida em várias partes do mundo, com efeitos ainda mais desastrosos nos países de capitalismo tardio da América Latina, África e Ásia.

A migração forçada é uma das faces mais cruéis desta situação. São, segundo a própria ONU, cerca de 364 milhões de pessoas, homens, mulheres, crianças, em sua maioria africanos e árabes, fugindo das ditaduras, das guerras, das epidemias, da fome e da miséria, que seguem principalmente para a Europa.

Desde 2007/2008, a crise internacional se intensificou e ampliou a busca pela recuperação das taxas de lucro em favor da burguesia imperialista, e os ataques através de severos planos de ajustes em cada país. Os efeitos da crise do capitalismo têm imposto duros ataques aos trabalhadores/as de todo o mundo. Por outro lado, a classe trabalhadora vem protagonizando fortes mobilizações e greves contra essa ofensiva, demarcando um cenário de forte polarização.

É nesse contexto que Donald Trump passa ao comando dos Estados Unidos. Eleito por menos da metade dos norte-americanos (cerca de 25% dos votos do total de aptos a votar) assume a tarefa de aprofundar a exploração e opressão imperialista mundial, com um programa nacionalista e liberal e um discurso racista, lgbtfóbico machista e xenófobo. Suas primeiras medidas provocaram uma fortíssima reação dos trabalhadores, das mulheres dos negros, dos imigrantes e de uma parte da população norte-americana, que saíram às ruas aos milhões e estão convulsionando o centro do imperialismo. Somos solidários aos trabalhadores norte-americanos e aos setores oprimidos para derrotar Trump nas ruas e nas lutas, de forma independente.

Do ponto de vista nacional, a crise econômica se aprofunda sem perspectivas de recuperação a curto prazo. O PIB registrou queda de 8% em pouco mais de dois anos, há uma queda brutal dos investimentos, e a projeção é de estagnação da economia nos próximos dois anos. O efeito mais brutal e imediato dessas estatísticas é o desemprego. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cada 3 novos desempregados no mundo 1 é brasileiro. Em 2016, o país atingiu a taxa de 12%, o que significa que cerca de 22 milhões de pessoas sem emprego (foram demitidas, procuraram trabalho e não encontraram ou já nem procuram mais), a maioria composta por jovens, mulheres e negros.

A dívida pública chegou a casa dos **4 trilhões** e impacta severamente o país, na medida em que a política de Temer (PMDB), assim como era a de DILMA (PT), é assegurar o superávit primário para assegurar o pagamento dos juros da dívida. A crise também afeta diversos municípios e Estados como Rio de Janeiro, Minas, Natal e Rio Grande do Sul, provocando uma situação de calamidade para os trabalhadores, tanto para os que dependem dos serviços públicos quanto para servidores, que estão com salários atrasados, parcelados e até sem o décimo-terceiro. Considerando o desemprego, a inflação em alta e a carestia, principalmente dos alimentos e

tarifas públicas, há um verdadeiro ataque às condições de vida da classe trabalhadora.

O impeachment do governo Dilma e a posse de Temer - ainda que tais governos guardem diferenças entre si - não modificou a orientação política geral dos ataques aos trabalhadores, acentuando-os e aprofundando-os, a serviço de manter o pagamento da dívida, o superávit primário e jogar nas costas da classe a saída da crise. Há neste momento a aceleração das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e a terceirização.

Na ofensiva concentrada de todos os poderes do Estado contra os trabalhadores, o STF comparece adotando uma série de decisões que apontam também na direção da retirada dos direitos. Também está na pauta do STF decidir sobre as terceirizações das atividades fins(reforçada pela aprovação do PL 43/02 da Câmara). Essa ameaça é um ataque frontal aos trabalhadores e à garantia da oferta de serviços públicos para a população brasileira, pois vai incidir diretamente na carreira de todos os servidores, permitindo que o RJU (Regime Jurídico Único) seja deixado de lado em nome da contratação de trabalhadoras e de trabalhadores por meio de Organizações Sociais a partir de contratos ainda precários de trabalho.

Por isso é fundamental neste momento a construção da Greve Geral para barrar as reformas do governo Temer e a construção de uma alternativa socialista dos trabalhadores para governar o país.

**Fora Temer! Fora todos os corruptos e reacionários do congresso!. Eleições Gerais já, com novas regras!**

- **Construir uma forte campanha contra as reformas da previdência e trabalhista.** A Reforma da Previdência afetará os trabalhadores da iniciativa privada e do setor público do campo e da cidade, sendo mais cruel ainda com as mulheres, a partir da elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos e a necessidade de 49 anos de contribuição para garantir a integralidade da aposentadoria. Além disso, caso aprovada, afetará os idosos e pessoas com deficiência através da desvinculação dos benefícios do salário mínimo, como o BPC(Benefício de Prestação Continuada), as pessoas que porventura se aposentem por invalidez e que venham a receber pensões no futuro. Na realidade é uma contrarreforma para acabar com a previdência pública e para que as pessoas não se aposentem e que tem o interesse de favorecer o mercado da previdência privada.

Já a reforma trabalhista que afetará direitos contidos na CLT, como férias e jornada de trabalho(que poderá chegar a 12 horas por dia), tem a principal função de implementar o negociado sobre o legislado, uma proposta infelizmente já apresentada pela CUT durante o governo DILMA através da proposta do ACE(Acordo Coletivo Especial), que busca , na realidade, permitir a exclusão de direitos trabalhistas pela via negocial, já que os acordos estarão acima da lei, mesmo que contrarie os direitos garantidos por ela. Hoje, por exemplo, somente se a negociação significar a criação de benefício ou ampliação de um já existente na lei poderá ser homologado. Junto a isso, a Câmara já iniciou a reforma ao aprovar o PL 4302/98(Terceirização) que terceiriza todos os postos de trabalho das empresas, inclusive sua área fim, permite a

terceirização ampla no serviço público e outras atrocidades que ampliam a flexibilização e precarização do trabalho e o Senado discute o PLS 218/2016 que institui a jornada de trabalho intermitente, na qual o trabalhador é remunerado através das horas efetivamente trabalhadas, não havendo nenhum acordo prévio sobre a quantidade de horas mínimas mensais de trabalho e nem da remuneração mensal mínima a ser percebida pelo trabalhador.

É necessário fazer uma forte campanha nas nossas bases contra as reformas. Precisamos promover debates, panfletagens com boletins, jornais e cartilhas, chamar reuniões nos locais de trabalho, pautar nas atividades das categorias em greve, entre outros, e devemos partir dos processos reais de luta que estão ocorrendo e propor a eles que também sejam parte das lutas contras as reformas, levando essas propostas nas assembleias, apoiando-se nos que estão em movimento para ampliar as nossas forças.

E cumprindo o seu papel de unificar os trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos populares, estudantil e de luta contra a opressão, é preciso organizar Comitês de Luta, prioritariamente por local de trabalho, contra as reformas da previdência e trabalhista e ir dando corpo, desde baixo, a um movimento contra as reformas que consiga derrotá-las.

- Participar de todas as manifestações contra a Reforma da Previdência convocadas pelas centrais e forças políticas de luta dos trabalhadores quando possível organizar/participar/convidar a categoria para um bloco (carro de som, faixas, etc.) próprio ou da CSP-Conlutas.

- A proposta da Reforma da Previdência proposta pelo governo Temer tem como justificativa a existência de Rombo na Previdência.

Vários economistas e contabilistas afirmam, entretanto, não existir esse déficit da Previdência, havendo, inclusive, superávit da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), valor este que tem sido utilizado para pagamento da dívida pública.

Só através de uma Auditoria da Dívida Pública é que se poderá provar esta tese.

Se vamos organizar uma greve geral vamos aproveitar o momento para a colheita de assinaturas (em cada local e Estado) de forma a se conseguir os milhões de assinaturas em apoio à Auditoria Cidadã da Dívida Pública, que inclusive já é objeto de requerimento do Deputado Ivan Valente.

E preparar os formulários para serem distribuídos durante a greve.

- Que a direção do sindicato implemente as resoluções ainda pendentes da última assembleia, realizada no mês de fevereiro, em relação às ações de combate à reforma da previdência e demais ataques do governo, prestando contas e dando ampla divulgação das ações em seus meios de comunicação, com urgência.

- Distribuir materiais informativos sobre auditoria da dívida pública, na mesma oportunidade em que forem realizadas as tarefas.

- Comemoramos o centenário da Revolução Russa em 2017. O Sintrajud deverá organizar um

Seminário para debater a importância histórica, como se deu o processo revolucionário e as perspectivas para a classe trabalhadora, garantindo a participação de diferentes opiniões acerca do processo histórico.

- Em defesa da revisão geral anual com reposição das perdas e da data-base dos trabalhadores do Judiciário, junto com os demais trabalhadores do serviço público;

- Pela reposição das perdas salariais e reajuste dos benefícios;

- Por uma política salarial permanente que assegure reposição das perdas, valorização do salário base e incorporação das gratificações, inclusive barrando no Judiciário as gratificações produtivistas e de desempenho;

- Pela plena liberdade e autonomia sindical, com amplo direito de organização nos locais de trabalho e contra o imposto sindical;

- Pelo direito à negociação e ao contrato coletivo no serviço público, e pelo direito irrestrito de greve, regulamentado pelos trabalhadores nas lutas;

- Pela retirada de todas as propostas de reformas e dos projetos de lei de retirada de direitos e contrários aos interesses dos trabalhadores;

- Em defesa do regime jurídico único e da estabilidade dos servidores públicos;

- Pelo fim e pela reversão das privatizações e concessões de serviços e patrimônio público à iniciativa privada;

- Pela suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública, que estrangula o orçamento destinado aos serviços públicos;

- Pelo combate a todas as formas de opressão e violência de raça, gênero, religião, etnia e orientação sexual;

- Pelo combate e denúncia à criminalização dos movimentos sociais;

- Prisão e confisco de bens e empresas de corruptos e corruptores

- Em defesa da saúde pública e da valorização do SUS;

- Pela redução da jornada de trabalho no Judiciário, para 6 horas;

- Pelo direito ao emprego e contra a dispensa imotivada, com a ratificação da convenção 158 da OIT;

- Reforma agrária, com garantia de terra a quem nela trabalha, por um modelo de produção diferente do agronegócio/latifúndio;

- Reforma urbana, pelo direito à moradia, contra a especulação imobiliária e pela valorização das cidades como espaços de livre circulação e integração;

- Por uma estrutura tributária progressiva, que tire a carga de cima dos trabalhadores (com a defasagem da tabela do IR), com taxação das grandes fortunas e riquezas, e tributação dos lucros

e dividendos;

- Pela democratização da comunicação, com o fim do monopólio das grandes empresas e grupos de comunicação;

- Contra o financiamento privado de campanhas eleitorais, que compromete os candidatos e mandatários com os interesses do poder econômico;

- Pela assistência integral à saúde dos trabalhadores, dentro e fora dos tribunais;

- Pelo combate ao assédio moral no trabalho, como política permanente de formação, informação, e denúncia dos casos apurados, e que os tribunais sejam cobrados a assumir institucionalmente essa pauta;

- Contra as políticas gestão por metas e resultados do CNJ e tribunais, que penalizam e adoecem os trabalhadores e não garantem justiça à população;

- Pela defesa do plano de carreira dos trabalhadores do Judiciário Federal;

- Pela democratização dos tribunais e de seus órgãos de direção, inclusive com eleições diretas para os cargos;

- Pelo fim dos privilégios às autoridades dos três poderes (inclusive do absurdo auxílio-moradia à magistratura e MP), inclusive quando responsabilizados administrativamente e processados judicialmente;

- Valorização do salário efetivo em substituição às funções e cargos de confiança, com critérios objetivos para a ocupação de postos de chefia;

- Pela criação de cargos e pela realização de concursos, com vistas a garantir estrutura suficiente e proporcional à sobrecarga de trabalho a que estamos submetidos;

- Contra a terceirização das atividades e o desvio de função;

- Pelo pagamento de todos os passivos;

- Por condições materiais de trabalho dignas em relação as instalações dos prédios e acessibilidade, inclusive com segurança total nos edifícios.

- **Buscar e fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, para denunciar, enfrentar e derrotar os ataques e contra-reformas do governo Temer:**

- a) a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos;

- b) a contra-reforma da previdência (PEC 287/2016);

- c) O PL 6787.2016 da contrarreforma trabalhista;

- d) A Lei Complementar 156/2016, que estabelece ajuste fiscal para estados e municípios, que representam um ataque aos servidores estaduais e municipais e desmonte do serviço público já em curso;

- **PRESSÃO, VISITA, ENTREGA E PUBLICAÇÃO DE NOTA TÉCNICA AOS DEPUTADOS NA SUA**



**CIDADE DE ORIGEM CONTRA PEC 287/16**—Articular reuniões com todos os deputados da bancada de SP para cobrar seu voto e apoio CONTRA a PEC 287/16, o desmonte da Previdência e direitos de aposentadoria, convocando a direção Executiva, de base e ativistas ativos e aposentados(as) para ajudar a tocar agenda de visitas aos parlamentares na sua cidade de origem, de preferência em conjunto com os membros das demais entidades que compõem os Fóruns Unificados em Defesa da Previdência. Realizar o mesmo procedimento com relação a Reforma Trabalhista.

- **DENUNCIAR E AMPLIAR A EXPOSIÇÃO PÚBLICA DAS DEPUTADAS (OS) E SENADORAS (ES)** que votaram/votarem em projetos que retiram direitos das/dos trabalhadoras (es), como a EC 95/2017(congelamento investimentos por 20 anos), contrarreformas Previdenciária (PEC 287/2016) e trabalhista (PL 67871/2016) e o projeto 4302/98(terceirização irrestrita), devendo os mesmos serem caracterizando-as (os) e denunciados por todos os meios e mídias como inimigas (os) da classe trabalhadora.

- Que o sindicato faça em seus meios de comunicação campanha de denúncia contra os parlamentares que votaram e que votarem a favor das propostas e projetos que atacam direitos dos trabalhadores, divulgando amplamente seus nomes, partidos e fotos com seus rostos.

- **MANTER A CAMPANHA DE NÃO ADESÃO À FUNPRESP PARA TODOS OS (AS) SERVIDORES (AS)**,propor extensão da campanha contra os fundos de pensão para servidores nos estados e municípios, denunciando a falsa iniciativa do Temer, que manifestou intenção de excluí-los do alcance da contrarreforma da Previdência, para tentar superar dificuldades na sua aprovação, mas deixando de dizer que os modelos de previdência dos estados e municípios têm sido iguais ou até piores do que se pretende implementar com a PEC 287/16, onde já tem várias categorias contribuindo com até 14% e enfrentam problemas para receber benefícios.

- **ACOMPANHAR O TRÂMITE DA AÇÃO PROPOSTA PELO ANDES E OUTRAS ENTIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS** pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao **FUNPRESP** (Lei nº 13.183/2015) e dar ampla divulgação, do seu trâmite, denunciando a ação autoritária do governo. Jurídico do Sintrajud e Fenajufe avaliar se devem se habilitar, como AmicusCuriae, dado o interesse da categoria no tema.

- **LUTAR PELA GARANTIA AMPLA E IRRESTRITA DO DIREITO DE GREVE**, intensificando as ações de denúncias das medidas ditatoriais dos Poderes Executivo, que além de não negociar a pauta de reivindicações dos servidores, vem implementando, com o aval do Judiciário, o corte de ponto de servidores em greve, chamando categoria e entidades de servidores a atuar de modo unificado no combate ao Projeto de Lei do Senado(PLS) 710/2011, de autoria do senador Aloysio Nunes, que visa restringir e limitar o exercício do direito de greve dos servidores, com determinação de proibição de compensação de todos os dias parados e fixação de pesadas multas, que Temer afirmou recentemente como prioridade de aprovação por seu governo ilegítimo.

- **DENUNCIAR O CORTE NA RUBRICA 'CUSTEIO' DOS ORÇAMENTOS DOS TRIBUNAIS E ÓRGÃO DO PJU PARA O ANO DE 2016**, destacando que este é o ano base que será usado como referência para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos(efeito da EC 95/2016), o que já

traz sérias consequências nos locais de trabalho, com restrição de contratação de novos servidores, corte de estagiários e terceirizados, suspensão reformas, construção de novos fóruns, etc.

**- COBRAR DOS TRIBUNAIS A AMPLIAÇÃO DO QUADRO EFETIVO DE SERVIDORES E A ABERTURA DE NOVOS CONCURSOS PÚBLICOS QUE ESTÃO SUSPENSOS**, em número correspondente às necessidades, inclusive para preencher vagas deixadas pelos servidores que estão aposentando-se em face das restrições trazidas pela PEC da contrarreforma da Previdência.

**- TERCEIRIZAÇÃO: "A FEITORIA MODERNA" - Um manifesto de chamado à unidade**

1. Temos em curso no país o maior ataque aos direitos dos trabalhadores que a nossa história já viveu desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Constituição que nasceu sob a sombra da ditadura militar (1964-1985), e que fora um dia chamada de "Cidadã".

2. Um ataque conduzido pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) e o Congresso Nacional, que é hoje composto por dezenas de políticos investigados, delatados e indiciados, quase todos financiados por empreiteiras, bancos, indústria farmacêutica, agronegócio, indústria armamentista, entre outros. Governo este que ascendeu ao poder através de manobra parlamentar em 2016, impondo à classe trabalhadora um projeto que jamais seria aprovado nas urnas.

3. A Câmara dos Deputados ressuscita um projeto adormecido há mais de 19 anos, o PL 4302/98, que permite a terceirização irrestrita na iniciativa privada e no serviço público, o que antes era delimitado às chamadas atividades meio, agora avança para todas as atividades das organizações.

4. Além do acesso irrestrito a tal modalidade de contratação, o contrato de trabalho temporário foi estendido de 90 dias para nove meses, prevendo inclusive a contratação de temporários para substituir trabalhadores em greve e a responsabilidade da empresa tomadora será única e exclusivamente subsidiária, de acordo com o texto do projeto.

5. O DIEESE nos traz dados sobre quão maléfica é a terceirização para a classe trabalhadora. Em 2013, dos 3.553 casos de resgate de trabalhadores em situação análoga à de escravo, 3.000 eram terceirizados. O trabalhador terceirizado trabalha em média 3 horas a mais do que os contratados diretamente pelo empregador e tem maior rotatividade no mercado de trabalho, percebendo 25% menos em salários, enquanto os contratados sem intermediação têm uma média de permanência de 5,8 anos no posto de trabalho, os terceirizados permanecem apenas por 2,7. Os trabalhadores terceirizados morrem 3,4 vezes mais do que os efetivos em acidentes do trabalho.

6. A terceirização flexibiliza a relação entre empregadores e empregados, gerando instabilidade e ainda mais insegurança ao trabalhador, recrudescendo a subordinação dos direitos e das condições de vida destes aos imperativos e flutuações do mercado, beneficiando apenas aos empresários, aqueles que acumulam lucros com a exploração da classe trabalhadora. Intensificando a proliferação dos intermediários, prestadores de mão de obra, com suas empresas de fachada, se apropriarão de grande parcela da renda gerada pelo trabalho e tendem a se

propagarem como "feitores modernos".

7. Diante deste quadro, nós, delegados e delegadas do 8º Congresso do Sintrajud, abaixo assinados, manifestamos o nosso repúdio ao projeto de lei aprovado na noite do dia 22/03/2017, um crime de lesa-pátria, proporcionado pelo governo federal e congresso nacional.

8. Um projeto que atenta contra o princípio protetivo do trabalhador, as condições dignas do trabalho, que explora ainda mais a classe trabalhadora, que precariza o serviço público, que praticamente decreta o fim dos concursos públicos e do direito de greve, patrocinado pela burguesia, que visa apenas usurpar, de modo mais violento, os direitos do trabalhador e transferir recursos para engordar os seus cofres.

9. Um projeto que começa a desenhar o fim da justiça do trabalho, último bastião institucional na defesa dos direitos do trabalhador na sua condição de hipossuficiente na relação capital x trabalho.

10. Somente com a unidade da classe conseguiremos resistir aos ataques que este governo e seu congresso corruptos têm preparado para nós. O tripé terceirização, "negociado sobre o legislado" e a reforma da previdência prometem desfigurar as relações de trabalho em nosso país, condenar o nosso futuro e das gerações vindouras, aprofundar ainda mais a desigualdade social, intensificar o viés machista e racista da nossa sociedade, levar-nos à barbárie.

11. Urge a necessidade da construção da greve geral. Apelemos às centrais sindicais que superem as suas diferenças e trabalhem conjuntamente com a base dos trabalhadores para enfrentarmos esta árdua luta. Entendemos ainda, que cabe à CSP Conlutas, central à qual o SINTRAJUD é filiado em São Paulo, assumir esse protagonismo e buscar os movimentos sociais e demais centrais sindicais, para que juntos possamos derrotar as contrarreformas da burguesia e o governo do ilegítimo Michel Temer.

- Que o sindicato promova ações no âmbito administrativo e judicial no sentido de que seja garantido o pagamento de horas extras ou compensação dos dias que os oficiais trabalharem em regime de plantão.

- Campanha permanente contra o assédio moral em virtude do grande número de servidores adoecidos, notadamente com doença psíquica (ex. Depressão) com grande número de afastamento.

- Cobrar da administração posição mais humanizada e de acolhimento pelo médico/psicólogo com acompanhamento de representante do sindicato quando o servidor é encaminhado para o departamento médico da administração (o acompanhamento de representante do sindicato seria facultativo e de acordo com a conveniência do trabalhador).

- Tomar muito cuidado para não restringir as lutas a uma só bandeira (Reforma da Previdência e Trabalhista). A união da categoria é o princípio da luta e condição mínima para seu sucesso.

- Salários dignos e atualizados, com reposição das perdas acumuladas, estimadas em 52,79% para janeiro de 2019, quando será integralizada reposição em curso; continuar cobrando respeito

à data-base.

- Manutenção e ampliação de direitos, com organização de luta unificada para derrotar as contra-reformas do Temer.

- Melhoria das condições de trabalho, cobrando melhor estrutura e divisão do trabalho para fazer face ao aumento brutal da carga de trabalho e o fim do assédio moral.

- Realização de pesquisa sobre condições de trabalho e de saúde dos servidores do Judiciário pelo Sintrajud, conforme parâmetros já elaborados e observadas as características de cada ramo.

- Acionar o Departamento Jurídico para atuar nos questionamentos do TCU em relação a aposentadorias recentes.

- Identificar dentre os 231 deputados que votaram a favor do projeto de terceirização extraíndo nominata dos deputados federais eleitos pelo estado de São Paulo, objetivando organizar “visita” aos escritórios políticos e promover manifestações na porta de sua residência levando faixas e cartazes.

- Promover campanha pelas condições de segurança dos oficiais de justiça com objetivo de reduzir os riscos da atividade, com intervenções junto às administrações dos Tribunais bem como com atuação nos projetos de lei junto ao Congresso Nacional, como aposentadoria especial, porte de arma e outros.

- Retomar a luta do cargo de oficial de justiça avaliador federal, transformado pela PCS1 em analista judiciário, em razão das especificidades do segmento.

- Debater a questão sobre a diferença entre técnicos e analistas, sobretudo, em relação às definições sobre as respectivas atribuições e propostas de solução do problema de desvio de função e distinção salarial entre pessoas que realizam o mesmo trabalho.

- Debater a questão sobre processo digital e impactos na organização da categoria

- Em defesa dos direitos do trabalho, e da Justiça do Trabalho como meio de garantia e efetivação desses direitos

- Em defesa do concurso nacional de remoção em todos os ramos, tanto em nível estadual como nacional, com critérios justos, objetivos e transparentes.

- Considerando que:

As mulheres estão cada vez mais na vanguarda das lutas da classe trabalhadora no Brasil e no mundo.

Os ataques do governo Temer aumentam e penalizam de forma mais cruel as trabalhadoras.

As mulheres são a maioria na nossa categoria.

O 8º Congresso do Sintrajud decide criar o “Coletivo de Mulheres” do Sintrajud. O funcionamento e a comissão gestora serão definidos em encontro a ser realizado no 2º semestre de 2017 afim de debater as questões de gênero e opressões.

## **- MULHERES NA VANGUARDA DAS LUTAS CONTRA A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO**

1. Vivemos um contexto mundial marcado por uma forte polarização social, política e econômica que se expressa também na luta dos setores oprimidos.

2- Ao mesmo tempo em que governos e capitalistas se utilizam da crise econômica para rebaixar as condições de vida dos trabalhadores, atacam os direitos democráticos destes setores, se utilizando das várias formas de opressão (machismo, racismo, xenofobia, LGBTfobia, etc.) para dividir os trabalhadores e aumentar a exploração sobre o conjunto da classe.

3- Trump é talvez a expressão mais aberta e eloquente de como a burguesia imperialista utiliza as opressões para dividir a classe e descarregar seus planos de superexploração ao conjunto da classe trabalhadora para recuperar a economia capitalista.

4- Mas, se crescem as desigualdades e a violência aos oprimidos, aumenta a resistência e o ódio à opressão. No caso das mulheres, vários exemplos evidenciam isso.

5- O massivo e vitorioso dia de greve geral das mulheres contra as mudanças restritivas na legislação sobre o aborto na Polônia no ano passado e que obrigou o governo a retroceder.

6- A indignação aos frequentes e brutais casos de feminicídios, estupros e assédios que tem levado centenas de milhares de mulheres às ruas em vários países da América Latina, generalizando por todo o continente o movimento iniciado em 2015 sob a bandeira de “Ni Una Menos”, com mobilizações massivas, principalmente na Argentina, mas também no México, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru.

7- A marcha das mulheres contra Trump em janeiro.

8- E, evidentemente não poderíamos deixar de falar das manifestações pelo 8 de março deste ano. O chamado à greve internacional de mulheres reuniu mais de 5 milhões de pessoas ao redor do mundo e pode ser considerado o primeiro dia mundialmente coordenado de protestos nesta escala depois de anos, comparável em termos de tamanho, diversidade de organizações e países envolvidos, às manifestações internacionais contra o ataque imperialista no Iraque, em 2003.

9- Muitos ativistas dos movimentos sociais no Brasil e no mundo opinam que esse ascenso das mulheres é uma exceção em meio a uma onda conservadora que tomou conta do mundo.

10- Na nossa opinião, ocorre o contrário, o aumento das lutas contra opressão é parte do ascenso geral da classe trabalhadora.

11-- Por isso, a essas lutas das mulheres por direitos, contra a opressão e a violência, se somam outras de caráter mais geral contra os planos de ajuste e a aplicação de contra-reformas sociais, por melhores condições de vida, saúde, educação, moradia e em defesa do emprego.

12- Na Índia, em maio do ano passado, uma greve espontânea de operárias da indústria do vestuário envolveu cerca de 100 mil operárias e serviu de impulso para a greve geral de setembro.

13- No Brasil, desde 2013 temos observado protestos em defesa dos direitos democráticos das mulheres e de outros setores oprimidos, primeiro com o “Fora Feliciano”, que combinava a luta

das mulheres contra o machismo à dos LGBTs contra a LGBTfobia. Depois as manifestações contra o PL 5069 e pelo “Fora Cunha”.

14- Em junho do ano passado, o estupro de uma jovem por 30 homens no Rio de Janeiro, provocou mobilizações em todo o país contra a “cultura do estupro”.

15- Sem falar no processo de indignação e revolta nas periferias contra a violência policial racista, na qual as mulheres negras assumem a vanguarda.

16- Elisabeth Gomes da Silva, esposa de Amarildo, e Maria de Fátima Silva, mãe do dançarino DG, por exemplo, tornaram-se símbolos da luta contra o genocídio negro e centenas de mulheres negras tomaram a frente em várias lutas, como nas ocupações das escolas secundaristas, onde as jovens negras da periferia desempenharam papel fundamental.

### **Reforma da Previdência de Temer é cruel para as mulheres**

17- As manifestações do 8 de março mostraram também que não há contradição entre as demandas das mulheres com as da classe trabalhadora. Porque os ataques dos governos ao conjunto da classe atingem de maneira mais cruel os direitos das mulheres.

18- A reforma da previdência de Temer é um dos maiores exemplos disso. Essa reforma é péssima em todos os aspectos, mas são seguramente as mulheres trabalhadoras que mais direitos perdem com ela. Não se trata simplesmente de igualar a idade para a aposentadoria para homens e mulheres, as medidas propostas não levam em conta a desigualdade de homens e mulheres na sociedade e que acarreta uma enorme desvantagem para as mulheres no mercado de trabalho.

**19- Aumento da Idade mínima para aposentadoria:** O governo quer aumentar a idade mínima para a aposentadoria das mulheres de 55(no Serviço Público) e 60(no setor privado) para 65 anos, além disso, está propondo desvincular o valor da aposentadoria ao salário mínimo. Se já é difícil para as mulheres se aposentar hoje imagina se a idade aumentar. E ainda por cima com um benefício menor que o salário mínimo! Isso é condenar as mulheres a uma velhice de pobreza, principalmente as mulheres negras.

**20- Fim da aposentadoria por tempo de contribuição:** A proposta é igualar o tempo de contribuição entre homens e mulheres e aumentar o tempo mínimo para se aposentar de 15 para 25 anos de contribuição. Acontece que a maioria das mulheres hoje já se aposenta por idade porque não consegue ao longo da vida acumular 15 anos de contribuição, imagina aumentando. Segundo cálculos de especialistas, considerando as dificuldades que os trabalhadores em geral enfrentam no mercado de trabalho, para aposentar integralmente, os homens teriam de trabalhar até os 75 anos. Já as mulheres até os 84 anos!

**21- Fim da aposentadoria especial:** Na educação a maioria dos profissionais são mulheres. Atualmente, elas têm o direito de aposentar com 25 anos de contribuição e 50 anos de idade. Com a reforma elas perdem esse direito. Se a educação básica já é a categoria com maior número de adoecimento hoje, o que será delas tendo que ficar até os 65 anos na sala de aula!

22- É por isso e muito mais que as mulheres trabalhadoras têm que se colocar na linha de frente contra a reforma da previdência e ajudar a impulsionar a greve geral que o país necessita para barrar esses e todos os outros ataques à classe trabalhadora e também para derrotar e botar pra fora o governo Temer e todos os seus comparsas!

### **Fim de toda violência machista**

23- Diariamente, milhares de mulheres são vítimas da violência machista no país. A cada 10 segundos uma mulher é agredida, a cada 12 minutos uma é estuprada e a cada uma hora e meia uma é assassinada devido à violência doméstica. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres e, infelizmente, a situação vem piorando.

24-As mulheres, são obrigadas a conviver com o medo e a insegurança fora e dentro de casa, mas são as mulheres negras, as que mais sofrem, porque contra elas se volta um tipo de violência que combina machismo e racismo e faz com que se tornem as principais vítimas.

### **Quando machismo e racismo se combinam**

25- A violência doméstica é maior entre as mulheres negras. 60% de todas as mulheres agredidas no país são negras. Por outro lado, a taxa de feminicídios, ou seja, o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, entre as negras é mais que o dobro que entre as brancas. E essa diferença vem aumentando a cada ano. Entre 2003 e 2013, o assassinato de mulheres brancas caiu 9,8%, enquanto que o de mulheres negras subiu 54%.

26- Essa condição da mulher negra, de principal vítima da violência de gênero, é fruto da combinação de machismo e racismo. As mulheres negras estão na base da pirâmide social, são as que ocupam os piores postos de trabalho e recebem os menores salários, são a maioria entre os desempregados e os que vivem nas regiões mais pobres das cidades, onde a falta de infraestrutura urbana e de segurança pública agravam o drama.

### **Cresce também a violência contra lésbicas e transexuais**

27- O machismo também se manifesta na violência contra lésbicas e transexuais. Só em 2015, 50 mulheres lésbicas e 119 transexuais foram assassinadas. O risco de uma transexual ser assassinada no Brasil é nove vezes maior que nos Estados Unidos. Isso sem falar do estupro corretivo, aquele que é cometido para “ensinar a mulher a gostar de homem”.

### **Crise econômica e violência**

28- A crise econômica agrava a violência porque o desemprego e redução da renda das famílias tornam as mulheres trabalhadoras e pobres mais dependentes financeiramente de seus companheiros agressores. O corte de investimentos em infraestrutura como iluminação pública, asfaltamento e calçamento das ruas e em segurança pública deixam as mulheres ainda mais vulneráveis. Sem falar do medo do desemprego que faz com que as mulheres que sofrem assédio sexual no local de trabalho tenham medo de denunciar.

### **Dilma não defendeu as mulheres durante seu governo**

29- Dilma não fez nada para amenizar o sofrimento das mulheres vítimas da violência machista.. Os cortes de verbas para o combate à violência foram um exemplo de sua falta de compromisso com as mulheres. Além disso, não fez nada, também, em defesa da descriminalização do aborto, deixando que milhares de mulheres morressem por falta de atendimento adequado nestas situações.

30- **A Lei Maria da Penha**, que em 2016, completou 10 anos, tem se mostrado pouco eficaz no combate à violência contra as mulheres por falta de orçamento. Faltam delegacias especializadas, e quando estas existem, em geral não funcionam 24 horas por dia. A maioria das cidades não possuem varas especializadas, casas abrigo, ou qualquer outro instrumento de assistência para as mulheres vítimas.

Uma saída classista para o fim da violência machista e da retirada dos direitos das trabalhadoras

31 -A luta contra a violência à mulher não pode estar desvinculada da luta contra os governos, os patrões e o capitalismo.

32- As mulheres trabalhadoras têm que se colocar na linha de frente na luta contra toda forma de opressão, contra a reforma da previdência e ajudar a impulsionar a greve geral que o país necessita para barrar esses e todos os outros ataques à classe trabalhadora e também para derrotar e botar pra fora o governo Temer e todos os seus comparsas!

33-Não pagamento da dívida, mais dinheiro para o combate à violência a mulher

34-Ampliação da Lei Maria da Penha. Construção da rede de assistência às vítimas. Proteção imediata às mulheres agredidas e punição rigorosa aos agressores.

35-Campanhas educativas de combate ao machismo e à violência contra as mulheres.

36-Orientação sexual nas escolas para diminuir os riscos de transmissão de DSTs e gravidez indesejada

37-Distribuição gratuita de camisinhas e pílulas anticoncepcionais (inclusive a do dia seguinte)

38-Legalização do aborto com o devido atendimento pelo SUS

39-Iluminação pública, asfalto e calçamento de ruas em todos os bairros.

40-Fim das demissões. Emprego formal para todas as trabalhadoras. Aumento geral dos salários. Salário igual para trabalho igual. Acesso à moradia e a direitos sociais.

41-Fim do machismo, racismo e lgtbfobia, bem como de todas as formas de discriminação e opressão.

42-Pelo fim do genocídio da juventude negra.

- Reafirmar os princípios que veem norteando a atuação do Sintrajud desde sua fundação, de independência de nossa entidade frente a governos, partidos e administrações dos Tribunais.

- Reafirmar o compromisso de atuação classista, na defesa das pautas imediatas e históricas da



classe buscando sua emancipação e plena autonomia e liberdade, para realizar seu sentido e propósito histórico.

- Reafirmar prioridade e primazia da atuação do sindicato para encaminhar as demandas imediatas da categoria na busca e defesa intransigente.

- **Autonomia e independência em relação aos Governos e partidos** – entendemos que um sindicato classista, acima de tudo, não pode se subordinar aos interesses de ocasião dos Governos / Partidos, nem ser sua correia de transmissão, devendo se caracterizar como um movimento social autônomo e independente para decidir, lutar e trabalhar em prol da categoria e de um serviço público de qualidade; não à toa na greve da campanha salarial de 2015 nossos militantes atuarem ativamente, mobilizando, com autonomia e independência em relação ao Governo Dilma, contribuindo para que o nosso movimento sindical pressionasse e conquistasse o PL 2648.

- **Não ao aparelhamento sindical** – somos contra o aparelhamento, seja politicamente, seja financeiramente; isto não significa que somos a favor de um sindicato meramente corporativo, pois entendemos que a entidade sindical deve estar ligada e interligada às lutas gerais da classe trabalhadora e dos demais movimentos sociais. No entanto, para isso, faz-se necessário respeitar os espaços de assembleias da categoria, trazendo para a democracia interna (conselho de base ou assembleia) decisões de apoios financeiros ou políticos a causas sociais (sempre que assim fizer), não havendo “cheque em branco” para a diretoria decidir sobre estes pedidos. Em casos de urgência, entretanto, quando não for possível convocar previamente as instâncias de deliberação, que o auxílio às causas sociais seja referendado posteriormente em assembleia geral, desde que instituídos parâmetros, critérios e limites (em resolução específica a ser aprovada pela categoria, também em assembleia geral ou estatutária).

- **Pela retomada do trabalho de base, a partir de um método diferente e alternativo** – primeiramente, faz-se necessário retomar o trabalho de base, reaproximando a categoria da nossa entidade sindical. Além disso, não podemos repetir erros do passado, em que o trabalho de base nada mais era do que um instrumento para levar a “luz e a verdade” aos colegas de trabalho, não permitindo, assim, convencer e ser convencido, numa atitude paternalista de “vanguarda”. Retomar o trabalho de base é essencial, no entanto, sem repetir erros do passado.

#### **- COMUNICAÇÃO**

- 1) Maior eficiência da comunicação com utilização de linguagem que dialogue com a categoria.
- 2) Desburocratização dos processos decisórios com eficiência nas publicações e produção de material de campanhas, divulgação de eventos e atos.
- 3) Utilização de meios eletrônicos e aplicativos.
- 4) Utilização de linguagem que dialogue com a categoria.
- 5) Verificação de viabilidade e contratação de empresa de comunicação para que os processos de comunicação sejam viáveis e atinjam toda categoria, em campanhas específicas.

## - Imprensa Sintrajud

A imprensa sindical é uma ferramenta essencial de comunicação com a base, além de cumprir um papel importantíssimo no processo de enfrentamento da mídia burguesa hegemônica.

O SINTRAJUD tem apresentado diversos problemas no setor, não conseguindo cumprir adequadamente as tarefas demandadas e os objetivos da sua própria existência.

O sindicato deve se empenhar em melhor refletir e repercutir o cotidiano da categoria, de modo que cada vez mais ela se reconheça nos seus meios de comunicação.

### Redimensionamento do setor

Compreendemos ser necessária uma readequação da força de trabalho na imprensa do SINTRAJUD, faz-se imprescindível a contratação de um designer/chargista.

### Projeto Editorial e Gráfico

O jornal do SINTRAJUD passará a ter periodicidade definida, obedecendo a um padrão editorial, com seções e espaços predefinidos para as matérias, substituindo as matérias "calhamaço", que não dialogam com a classe e tornam a leitura cansativa, dificultando, dessa forma, a compreensão do que nos propomos a dizer. Na necessidade de um aprofundamento maior de determinado assunto/matéria, que se utilize o sítio/Facebook do sindicato na Internet.

### Revista Bimestral

O SINTRAJUD deverá editar bimestralmente uma revista que contemple, além de pautas sindicais, temas gerais e/ou transversais de interesse da categoria, preservada a coerência editorial, sem jamais perder o seu caráter classista, que aborde pautas sindicais, mas com matérias mais "leves", com maior transversalidade, com o espaço para a possibilidade de publicações literárias de companheiros e companheiras da categoria.

### Sítio/Facebook

Área da Base: o SINTRAJUD deverá disponibilizar um espaço no seu sítio na Internet para que possa ser alimentado pela base em cada fórum.

**- IMPRENSA E COMUNICACAO: AVANÇOU, MAIS AINDA PRECISA MELHORAR** – Jornal, internet e boletim têm sido os principais veículos trabalhados pela Imprensa de nosso Sindicato. Conteúdo e forma de nossos materiais devem ser melhorados, pois ainda não refletem os problemas e desafios enfrentados no dia a dia pela categoria nos seus locais de trabalho e visual ainda é pesado. Capas do jornal precisa ser melhor trabalhadas, para incentivar sua abertura e leitura. Categoria ainda não se vê por inteiro nos veículos e mídias utilizadas, nem se reconhece no jornal, que ainda tem perfil mais panfletário e de agitação, do que informativo e formativo, como seria mais adequado no nosso entender. Com os esforços da direção e profissionais envolvidos, superou dificuldade que relatamos no Congresso anterior, de chegar atrasado nos locais de trabalho, após a realização das atividades que se propunha convocar. Aproveitar todas as possibilidades e alcances que nos permite a página da internet e redes sociais, onde o site precisa

ampliar e melhor utilizar a área restrita aos associados, acessível via senha, onde conste informações restritas dos associados e serviços, como andamento de ações individuais, cálculos de valores a receber nos processos, atas das reuniões da diretoria, prestação de contas mais detalhada, etc. A transmissão exitosa das atividades deste 8º Congresso nos mostra o potencial e possibilidades de melhor utilização da TV Sintrajud, que deve ser potencializada e ampliada sua grade de cobertura e programação.

**- ENTREGA DOS JORNAIS E MATERIAIS DO SINTRAJUD DEVE SER PRIORIZADO PELA DIREÇÃO EXECUTIVA E DE BASE** - Direção executiva, de base, ativistas precisam assumir compromisso e agenda de distribuição pessoal do jornal e demais materiais do sindicato, nos locais de trabalho, aproveitando oportunidade para fazer contatos e levantar os problemas e demandas mais urgentes da categoria.

**- PRODUZIR VIDEOS CURTOS CHAMANDO A LUTA E ALERTANDO A CATEGORIA PARA AS IMPLICAÇÕES E PERDA DE DIREITOS**, trazidos pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise e o déficit (inexistente) da Seguridade Social utilizado como justificativa para a referida medida.

---

#### - COMUNICAÇÃO

Jornal com periodicidade definida e padrão gráfico e editorial, com seções também definidas, que contemplem os distintos eixos de atuação da entidade sindical;

Boletins segmentados por setores (ramos, segmentos, regiões), para tratar de pautas e demandas específicas e demais trabalhos nas plantas dos tribunais;

Revista periódica (bimestral ou trimestral) que inclua também pautas mais gerais e transversais, de interesse da categoria e demandas específicas e demais trabalhos nas plantas dos tribunais;

Área restrita (intranet) aos filiados na página do sindicato na Internet, que contenha fóruns temáticos e outros espaços de interação, e acesso a informações sobre o sindicato (agenda dos dirigentes liberados e calendário de visitas, acompanhamento de processos judiciais e administrativos conduzidos pelo departamento jurídico, prestações de contas, editais, pautas e decisões de instâncias, entre outras);

Espaço para que a base possa produzir e compartilhar conteúdo sobre a realidade de seus locais de trabalho, com alimentação pelos próprios servidores;

Investimento e integração entre as diferentes mídias (impresso, Internet, artes gráficas, video etc.);

Realização de seminário sobre a comunicação do sindicato, neste ano, para debate de diagnósticos e propostas, e com a presença de profissionais e estudiosos na área, de diferentes setores, e aberto à participação da base.

Ampliação e uso da transmissão online dos eventos da categoria.

- Necessidade de um espaço permanente de comunicação (mural) nos prédios entre sindicato e servidores. Pedido a ser feito pelo sindicato com as diretorias dos foros.

#### **- TRANSPARÊNCIA - MELHORIAS DE POLÍTICAS**

1) Implementação no site do sindicato de área restrita.

2) Ampla prestação de contas e publicidade da relação com instituições e organizações, inclusive repasses orçamentários, divulgação da atuação dessas organizações em prol da categoria/população.

3) Estudo acerca da implementação de para a comunicação com a categoria.

4) Divulgação de atas de reunião e assembleias com a maior brevidade possível.

5) Disponibilização das atas de assembleias anteriores para consulta em caso de duvidas durante a realização de assembleia.

6) Disponibilização ao associado e principalmente aos diretores de base de informação solicitada.

- Que o Sintrajud procure a Diretoria Geral com objetivo de requerer que sejam enviadas por correio eletrônico (Groupwise) a todos os servidores, atividades direcionadas a eles promovidas pelo Sindicato.

- Solicitar às administrações dos tribunais autorização para que sejam feitas inserções de chamadas/informes do Sintrajud nos painéis dos elevadores e hall.

## **MOÇÕES**

### **Moção**

Considerando a aprovação pela Câmara da terceirização geral, propõe-se que o 8º Congresso do Sintrajud aprove moção à presidência da república expressando repúdio ao conteúdo do projeto e exigindo seu veto, a exemplo de outras entidades e instituições.

### **Moção**

Os servidores do Judiciário Federal de SP, delegados do 8º Congresso, vêm manifestar seu irrestrito apoio ao povo indígena e suas lutas em defesa de seus território, cultura, tradições e modo de vida, que nos ensinam com a resistência que fazem aos ataques e tentativas de genocídio que vêm sofrendo há 157 anos, desde a chegada dos invasores portugueses.

Os delegados do 8º Congresso, indicam ao Sintrajud a realização de ações de apoio e suporte às lutas e resistência indígenas, no que couber, com orientação e chamado à categoria para somar e

fazer o mesmo, denunciando o uso e instrumentalização do Judiciário e órgãos estatais para oprimir e perseguir os povos indígenas e acobertar os abusos e violências cometidas contra eles e suas lideranças.

Por último, manifestar irrestrito apoio aos membros da Aldeia Paranaqua, em SV, que estão com sentença da JF SV determinando a expulsão de suas terras ancestrais, em ação iniciada pelo Governo Alckmin, pendente de apreciação em grau de recurso pelo TRF3.

### **- Moção de Repúdio**

#### **Moção de Repúdio ao ministro da Justiça e de apoio aos povos índios**

Os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal de SP, delegados do 8º Congresso Estadual do Sintrajud, repudiam as declarações do ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que causou indignação em movimentos indigenistas, que disse à “Folha de São Paulo”: *“O que acho é que vamos lá ver onde estão os indígenas, vamos dar boas condições de vida para eles, vamos parar com esta discussão sobre terras. Terra enche a barriga de alguém?”*

Osmar Serraglio, cuja campanha eleitoral de 2014 recebeu 30% de doações de empresas representantes do agronegócio, foi um dos mais atuantes da bancada ruralista e defensor da PEC 215/00, contra a qual os povos indígenas se mobilizaram bravamente nos últimos cinco anos.

Em meio a declarações como essa de representantes do governo federal, nos chega a *notícia que a Aldeia Takuara - Território indígena Guarani Kaiowa, Juti, no Mato Grosso do Sul, foi atacada, no dia 25 de março de 2017. Um helicóptero desceu com diversos atiradores mascarados que ameaçaram a vida dos moradores da Takuara, dizendo que voltariam para ‘fazer a limpeza’.*

Aos povos originários resta continuar lutando, inclusive, à custa da própria vida na defesa dos seus direitos constitucionais principalmente territoriais. Todo apoio e solidariedade ao povo indígena, que luta e resiste.